



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - CAPHOSP

Aos sete dias do mês de dezembro de 2023 (07/12/2023), às 14h40, no Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniu-se a **COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - CAPHOSP**, composta pelos vereadores Elizeu Rocha (Presidente), Brando Veiga e Paulo Modas, presentes no início da reunião os dois primeiros. Há quórum, na forma regimental. Participam ainda da reunião os vereadores André Rodini, Isaac Antunes e Marcos Papa. O presidente desta Comissão Permanente, vereador Elizeu Rocha, inicia agradecendo os presentes, em especial o convidado do hoje, Cel. Pedro Pegoraro, Secretário Municipal de Obras Públicas, que comparece espontaneamente a esta Casa para trazer explicações sobre as obras que estão acontecendo em Rib. Preto, especialmente as obras na Av. 9 de Julho e Ruas Marcondes Salgado e São José. Elizeu destaca que nas outras reuniões ouviu as partes interessadas, entre os quais o Secretário-adjunto de Obras Públicas, Dr. Luiz Scarpino, os técnicos do SAERP, e todos prestaram esclarecimentos, e a CAPHOSP foi, sempre, abastecida com informações e a todo momento essa Comissão destacou os problemas com a empresa Metropolitana, que prometeu uma coisa e “não entregou nada”, e que por várias vezes visitou as obras, diz Elizeu. A partir das 14h44, comparece à reunião o outro membro da Comissão Permanente, vereador Paulo Modas. O presidente registra as dificuldades do trânsito, e do comércio no local onde estão ocorrendo obras. Aponta que essa semana houve o “*encerramento*” do contrato com a empresa Metropolitana. Ato contínuo, tivemos saudações iniciais dos vereadores Brando Veiga, André Rodini e Paulo Modas, e do convidado, o Secretário Pedro Pegoraro. André Rodini traz uma indagação sobre a equipe que cuida das licitações em Ribeirão Preto, especialmente os editais. Elizeu indaga sobre as obras realizadas na cidade, em especial a revitalização da Av. 9 de Julho. A partir do minuto 11:50 elenca essas obras, e eventuais problemas nelas. O convidado responde ao vereador André Rodini dizendo que a pasta responsável pelo processo licitatório é a Secretaria de Administração, ela detém a Comissão Municipal de Licitação, e compete a essa pasta realizar os procedimentos, fazer os editais, e tudo mais. Em sua pasta existem engenheiros que analisam os editais. Pegoraro diz que sua pasta já entregou 23 obras de mobilidade na cidade, 3 por ano, não é um *handicap* pequeno, registra. Outras 5 obras estão em andamento, e junto a essas obras de mobilidade já conseguimos fazer o asfaltamento de 650 km de vias públicas na cidade e mais 40 km serão publicados editais nos próximos dias, e isso corresponde a 35% das vias do Município. A cidade está melhorando suas condições de mobilidade, aponta o convidado. Especificamente sobre o viaduto da Av. Brasil com Av. Mogiana, destaca que essa é uma das obras que a empresa Contersolo não entregou, outra licitação foi feita, uma empresa da região pegou, e não tinha condições de fazer e foi retirada. A terceira licitação foi vencida por uma empresa local e será inaugurada agora em 20 de dezembro. Sobre as alças de acesso lateral diz que estão em conformidade, seguindo normas técnicas, e qualquer caminhão, qualquer carreta poderá passar por ali com



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

normalidade. Todas as desapropriações daquela região foram executadas e pagas pela Prefeitura, e seus proprietários fizeram ajustes necessários, à exceção de uma, e pela terceira vez a PGM entrou no Judiciário, e após o desfecho, o imóvel foi demolido, e esse era o último imóvel para se resolver nessa questão. Elizeu Rocha relembra o trabalho feito por essa Comissão Permanente nas obras que estão sendo realizadas na cidade. Relembra a inauguração do viaduto no dia 20 de dezembro. O Secretário de Obras Públicas responde, a partir do minuto 21:33 sobre o corredor de ônibus da Av. Costábile Romano, que é um corredor extenso e está sendo realizado em etapas e todas estão dentro do cronograma. Registra que alguns trechos já estão prontos, e em alguns locais estão sendo colocadas galerias de drenagem de grande porte, e outro projeto está em andamento, que é um projeto de drenagem do Bairro da Ribeirânia, bairro este cuja drenagem é feita basicamente por superfície. Em alguns locais, depois das obras abaixo da terra, será feito novo pavimento asfáltico. Ressalta que toda construção civil faz um “recesso” de 22 de janeiro a 15 de janeiro, mas antes dessa data, nenhum buraco será deixado no pavimento para que tenhamos livre circulação. Aponta que no referido trecho (Lagoinha, Presidente Kennedy, Maurilio Biagi e Costábile Romano) está sendo implantada uma ciclovia. Responde a partir do minuto 29:00 sobre o corredor da Av. Independência, especialmente a ausência de alças de retorno no cruzamento com a Av. Lygia Latuf Salomão. Tecnicamente, para mobilidade, não se pode cruzar veículos no corredor de ônibus. Sobre a iluminação no trecho das pontes da Av. Independência até Hospital Estadual, responde Pegoraro a partir do minuto 31:10, e já está sendo feito o processo de compra da nova iluminação da via, que será em LED. Elizeu comenta em seguida, sobre paradas e pontos de ônibus sem a devida iluminação, e em resposta Pegoraro disse que esses locais não foram iluminados por questão de segurança, em razão do furto de fios. André Rodini comenta em seguida, e Elizeu fala que roubo de fios temos todos os dias, e se pensarmos nisso, não instalaremos energia elétrica em lugar nenhum, comentando ainda a situação de moradores de rua na cidade, e da necessidade de haver um trabalho da SEMAS e de outras pastas. “A situação está muito difícil”, afirma Elizeu. Houve indagação do vereador Brando Veiga, e resposta do Secretário, do minuto 36:40 a 39:15. O presidente Elizeu Rocha registra a presença, a partir das 15h15, do vereador Renato Zucoloto. O Secretário Pegoraro responde, ainda, indagação do vereador Paulo Modas. Em seguida, a reunião passou a debater as obras de revitalização da Av. 9 de Julho, e Elizeu Rocha fala sobre a rescisão do contrato com a empresa Metropolitana, trazendo indagações a partir do minuto 40:33, destacando que muitas notificações foram feitas à empresa e que a Comissão muitas vezes verificou que as obras não “andavam”, a empresa não atendeu às solicitações desta Comissão, o vereador diz que poderia até criar uma CPI aqui na Câmara Municipal, e teve como resposta do titular da pasta de Obras Públicas que as obras começaram em junho/2023, as obras começaram e no dia 31/julho recebeu a primeira notificação por atraso; dia 18/agosto, a segunda; 11/setembro a terceira e no dia 02/outubro, também notificada por atraso de obra. Pegoraro diz que, infelizmente, as respostas no serviço não aconteceram. Atualmente, a obra deveria ter 40% de exercício de obra e tem apenas 7,7% de obra realizada, o que não justifica a manutenção do contrato, que levou à rescisão com a empresa Metropolitana. Pegoraro fala que no serviço público, é preciso seguir a algumas regras estabelecidas pela Lei 8.666, e é preciso adotar medidas e estas foram adotadas, que são as notificações, as medidas legais necessárias, e diante de tudo isso, tomou como decisão rescindir o contrato. Com relação aos valores, só estritamente o que foi executado foi realizado o pagamento, e a



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Metropolitana recebeu da Prefeitura Municipal, aproximadamente, R\$ 2 milhões de um total de R\$ 31 milhões, ou seja, recebeu o que executou. Explica, em seguida, que a empresa que está em segundo lugar será convocada a assumir a obra, e a empresa já foi consultada informalmente e está fazendo uma análise do canteiro de obras, e assim que a decisão dele for publicada no Diário Oficial a segunda colocada poderá, em 5 dias, se manifestar. A princípio, a questão financeira é "fechada", quem assume o faz pelo mesmo valor da vencedora, descontado o que já foi executado. Se a "resposta for negativa", teremos que relicitamos a obra, um caminho mais longo, lembra o titular da pasta de Obras Públicas. Sobre o estágio atual do canteiro de obras, está sendo feita uma análise criteriosa e alguns ajustes precisarão ser feitos, para dar uma melhor acessibilidade tanto na Av. 9 de Julho quanto na Av. Francisco Junqueira, de forma emergencial. O vereador Elizeu relata a dificuldade da situação, e comenta a necessidade de se fazer uma limpeza do canteiro central da Av. 9 de Julho e acertar com a RP Mobi para melhorar o fluxo do trânsito, destacando ser necessário fazer um mapeamento da região, dando uma solução rápida para que as pessoas possam por ali transitar. Elizeu comenta sobre a tubulação do SAERP na Av. Francisco Junqueira, assunto já debatido em reuniões anteriores pelos técnicos do SAERP, com resposta do Secretário a partir do minuto 54:26, comentando sobre essas duas adutoras e sobre o que precisa ser feito ali. Elizeu Rocha também comenta em seguida, especialmente o fato que a Av. Francisco Junqueira encontra-se fechada, pedindo ao Secretário que assuma aqui um compromisso, publicamente, que em uma semana consegue fechar a parte da adutora e liberar a via. O Cel. Pedro Pegoraro diz que isso é prioridade resolver, ainda que precariamente, liberar ao menos meia faixa para que a cidade não tenha um prejuízo ainda maior. O vereador André Rodini pergunta sobre quem "recebe" as obras quando elas são terminadas, e recebe como resposta que respeita a opinião do vereador, e diz que as obras não estão sendo entregues "porcamente", e temos técnicos que fazem o recebimento destas obras e a todo instante elas são fiscalizadas, até no pós-obra, pós-entrega, já que a empresa sempre tem que dar 5 anos de garantia no serviço que ela realizou. Só de galerias pluviais nas obras do programa Ribeirão Mobilidade foram gastos R\$ 39 milhões, em novas galerias e ramais. Em seguida, o vereador Marcos Papa diz que foi autor da convocação do Secretário, convocação que foi rejeitada, e agradece aqui a presença do mesmo, e cita reunião realizada no dia 26/05/22 entre o corpo técnico da pasta que ele ocupa com o Prefeito e todas as entidades representadas pelo Comitê de Acompanhamento de Obras onde foi pedido uma atenção com relação ao cronograma de obras. A intenção sempre foi, diz Papa, se antecipar para que as empresas e o comércio se planejar, especialmente próximo às datas comemorativas. Diz que muitas obras ao mesmo tempo prejudicou o fluxo da cidade, e como presidente da Comissão de Mobilidade realizou na Câmara Municipal audiência pública. Aponta que cronogramas não foram cumpridos, e estes foram publicados pela Prefeitura. Porque não temos hoje um cronograma atualizado? Diz que o que aconteceu na Av. Dom Pedro e Av. Saudade reflete projetos que não foram discutidos amplamente com a sociedade, os corredores de ônibus vazios, e as faixas "engarrafadas". Indaga: de quem foi a decisão de fazer todas essas obras e só depois aprovar o Plano de Mobilidade, do Senhor, ou do Prefeito? Porque dos atrasos das obras? Diz que se percebeu o "abandono" das obras, e obra pública que impacta a vida de toda cidade é preciso um bom planejamento, muitos empregados trabalhando, para que ela fique bem feita e termine logo, já que o "dinheiro que está no cofre da Prefeitura é nosso". A Secretaria de Obras pediu ao SAERP um mapa de galerias, um mapa de água e esgoto da



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

cidade, pergunta Papa. As respostas do Secretário se dá do minuto 1:10:24 a 1:19:55, destacando que sobre de quem foi a decisão de fazer todas essas obras e só depois aprovar o Plano de Mobilidade, foi uma decisão “*de governo*”. Do minuto 1:20:05 a 1:26:19, o vereador Renato Zucoloto traz que os comerciantes que estão aqui estão fazendo justa reivindicação, e com muito pesar sobre a essa tribuna, se sentindo um pouco responsável pela situação em que se encontram essas obras em Rib. Preto porque essa Casa Legislativa aprovar quase todos os valores para que essas obras fossem realizadas. Diz que sente responsável e “*envergonhado*”, e “*como cidadão inconformado, e como vereador, impotente*”. Zucoloto chama a atenção para o fato que esteve na Av. 9 de Julho, junto com Marcos Papa, e sabia que aquela obra não iria adiante, e falava isso à época. O Administrador Público, aponta, precisa ter responsabilidade, teve comerciantes lá que perderam 80% do faturamento, e gente vê “*insensibilidade do Executivo em atender as pessoas e os vereadores*”, e o Administrador Público “*precisa assumir riscos*”. Diz que duvida muito que RUAL (empresa) pegue a obra por R\$ 31 (milhões) que perdeu a licitação por R\$ 37 milhões, e acha que terá que licitar de novo. Cita o art. 75 da nova Lei de Licitações (14.133), fala ser possível sim fazer uma dispensa de licitação, mas essa precisa ser justificada, mas para isso “*tem que assumir riscos, pôr a caneta e o CPF lá*”, e não está dizendo para se fazer coisa errada, mas a coisa certa, porque o prejuízo está consumado, e as obras, que eram para ser coisa boa para cidade, tornou-se “*o pé do pavão*” do Governo Duarte Nogueira. Diz que lamenta, e ressalta a “*insensibilidade do Governo Duarte Nogueira*”, e se solidariza com os comerciantes. Cita a loja Bembolada” que caiu 80% de faturamento, e a Prefeitura cobra todos os impostos, e se atrasar um dia, o nome é negativado no cartório de protestos. As respostas não socorrem nem a Câmara de Vereadores nem os comerciantes, dos 120 imóveis, 60 já encerraram as atividades. Aponta que a lei admite o aditamento de 25%, mas porque não adita, porque precisa justificar e assumir riscos. Zucoloto se diz triste, porque já tentou falar, conversar, sensibilizar, mas não adianta. O vereador pode sim, usar a tribuna, e se diz “*inconformado com a insensibilidade do Executivo Municipal*”. Pegoraro fala que está seguindo o que diz a lei, e o que for possível, faremos. Elizeu Rocha comenta em seguida os transtornos nas regiões onde as obras estão sendo realizadas, citando-as. Diz que os vereadores passam sugestões, mas não são acatadas. Em seguida, o vereador André Rodini exibe uma foto mostrando uma obra onde a água não escoar, e segundo ele, isso é sim “*uma obra porca*”, e apresenta uma sugestão, do minuto 1:30:07 a 1:30:58. O Secretário responde que a sugestão será considerada. A reunião seguiu com perguntas feitas pelos demais participantes, na seguinte ordem: Paulo César Garcia Lopes, do SINCOVARP e da CDL, a partir do minuto 1:31:42, e pergunta que dia e hora começa a organização do canteiro central, para quem está na Av. 9 de Julho poder trabalhar. Pegoraro responde que inicia essa organização dia 13/12, previsão para começar, com previsão de entrega em 15 dias. Em seguida, Lauro Santos, da Familiare, diz que está há 20 anos estabelecido na Av. 9 de Julho, e com evento da pandemia todos sofreram, no mundo todo, e o comércio ali na Av. 9 de Julho sofreu com reflexos da obra do túnel, e relembra que os estabelecimentos não tem clientes fiéis, cadastrados, que garantem a frequência de maneira regular, mas as pessoas circulando na cidade escolhem onde ir, muitas vezes, no trajeto. Diz que o comércio depende de uma população flutuante, e na maioria das vezes, “*nós somos escolhidos no trajeto*”. Pede que haja empenho no sentido de explicar a sociedade que à sociedade, ao município, que a Av. 9 de Julho encontra-se viva, ativa, lá existem empresas, empregos que dependem desses clientes. Pede em nome do Comitê e de todos os empresários que haja um



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

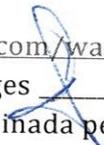
Estado de São Paulo

posicionamento da Prefeitura no sentido de fazer as pessoas entenderem que, apesar do estado das obras, é possível frequentar a região, e sair da ideia de “evite a região”. Já Fabrício Carrascosa, da Bembolada Enxovais, e desde o início aponta que a Prefeitura deveria ter tido a preocupação com as empresas antes do início das obras, ou seja, se vai afetar um comércio ou uma empresa, pense nela, que é empregadora e arrecadadora. Cita que foi pedido o bolsão de estacionamento, sua loja está na frente do buraco, e já são seis meses de obras, e com queda de 78% de faturamento e não sabe se vai prosseguir. Dia 13, diz que é tarde, porque mais 15 dias, o “Natal já era”. Marco Aurélio Martins, do movimento Somos Brasil, se manifesta do minuto 1:38:45 a 1:42:05, e também registra a falta de planejamento do Poder Público nestas obras, que tem causado muitos impactos, e o futuro se deve planejar agora. Rafael, em seguida. Tiago faz perguntas ao Secretário, do minuto 1:42:31 a 1:44:36, destacando que o Executivo não pensou nos munícipes, nos empresários, destacando a desorganização das obras. Pergunta se os impostos (IPTU) serão ou não isentados, para os envolvidos nessa situação, se estes terão algum benefício. Traz indagação ainda sobre semáforos em Rib. Preto. Rafael Vieira, do Partido Novo também indaga sobre as obras inacabadas, e sobre os impactos destas sobre a população. Continuando, André Rezende, do SINCOVARP/CDL/Comitê, a partir do minuto 1:46:57, ressaltando dois pontos: a comunicação é feita na véspera, o que não dá chance dos empresários e lojistas, minimamente, adotarem medidas. Cita exemplo, na Rua Barão do Amazonas. Destaca também ofício enviado à Secretaria de Obras, RP Mobi, e Prefeito Duarte Nogueira com uma série de sugestões para amenizar os prejuízos nas regiões impactadas, especialmente Av. 9 de Julho. Sugere, se possível, que seja o trecho 1 concluído de uma forma provisório e que haja um esforço da Prefeitura para se liberar o trânsito enquanto estiver correndo a nova licitação, para se dar fôlego à via, e a Av. 9 de Julho foi a mais impactada entre todas da cidade. Segundo ele a “Av. 9 de Julho merece mais sensibilidade, consideração e respeito com quem está produzindo lá”. O Secretário Pegoraro responde a partir do minuto 1:51:30. Sobre semáforos, diz que estão sendo implantados, num período de aproximadamente 24 meses em todo corredor. O sistema ainda será implantado. Sobre isenção de impostos não pode comentar, porque não compete à sua pasta. Sobre as obras, diz que 23 obras já foram entregues, aproximadamente 3 obras por ano, e não é possível terminar uma e começar outra. Não é possível escolher quem vai fazer a obra, a lei não permite. A empresa Metropolitana não é uma empresa pequena, é muito grande, ressaltando os problemas que estão sendo nas obras. Os problemas estão sendo acompanhados, as obras tem um ritmo, e 80% delas foram entregues no prazo. Paulo César, do SINCOVARP, faz última indagação, sobre um seguro para realização da obra, em nova licitação. Pegoraro diz que esse seguro já existe e está acionando o seguro da empresa Metropolitana, e não abrirá outro trecho enquanto um estiver aberto. Elizeu Rocha diz que é preciso entrar na Justiça e cobrar o seguro, e pode existir um seguro para os comerciantes, que perderam 80% de faturamento. André Rezende diz que dezenas de comerciantes estão buscando cobrar os prejuízos na Justiça. Elizeu fala dos próximos passos dessa Comissão Permanente, e quem será convidado no futuro, pedido o comparecimento de todos nas próximas reuniões. Sobre a convocação do Secretário de Obras Públicas, justifica seu voto contrário, e o vereador Marcos Papa comenta. Nada mais tendo a tratar, o presidente da Comissão Permanente encerrou a reunião às 16h45, que foi gravada em mídia áudio visual, anexa e que faz parte integrante desta ata, nos termos da Resolução nº 46/18. Link de acesso ao Youtube:



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

<https://www.youtube.com/watch?v=d4Xtfyw1BqQ> Nada mais havendo a tratar, eu Fernando Silvério Borges  auxiliar legislativo designado, lavrei essa ata, que depois de lida e conferida, vai assinada pelos vereadores abaixo.


ELIZEU ROCHA

Presidente da CAPHOSP


BRANDO VEIGA


PAULO MODAS